



Consulta Pública CP N° 005/2022/SGM-SEDP  
Processo SEI nº 6011.2021/0003165-5

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS DA ORLA DA REPRESA GUARAPIRANGA – PARQUE GUARAPIRANGA, PARQUE BARRAGEM DO GUARAPIRANGA, PARQUE PRAIA SÃO PAULO, PARQUE PRAIA DO SOL, PARQUE LINEAR CASTELO, PARQUE LINEAR NOVE DE JULHO E PARQUE LINEAR SÃO JOSÉ

CONSULTA PÚBLICA					
N°	TEMA	Documento (ex: Edital, Contrato ou Anexos)	Dispositivo, capítulo, cláusula ou item	Sugestão / Opinião / Crítica / Esclarecimento	RESPOSTA
1	RESTRIÇÃO DO ZONEAMENTO	EDITAL	Subitem 2.6.4	Demarcar a área com incidência de campos de várzea e nidificação de aves como zona mais restritiva possível, pois seu interior está bem conservado (excluindo as trilhas, margens da represa no contorno, campo de futebol e campo de aeromodelismo).	Agradecemos pela sugestão. O zoneamento do parque foi ajustado com maior clareza no Edital Final.
2	MENINOS DAS BILLINGS	EDITAL	Subitem 3.4.2.	Alterar, na parte das diretrizes para implementação do passeio Náutico entre parques, "do Coletivo Meninos da Billings, que possui vasto conhecimento da região e que norteou junto a vários outros players de passeios náuticos da represa Guarapiranga, o Diagnóstico para este documento" para " [...] vários players de passeios náuticos da represa Guarapiranga".	Agradecemos pela sugestão. Sugestão de redação adotada na documentação do Edital Final.
3	TRANSFERÊNCIA DA ANTENA DA RADIO CULTURA	-	Sugestão	Acrescentar a previsão de que o concessionário, junto com a prefeitura, negociarão a transferência da antena da Radio Cultura para outro local, o que permitirá quase que dobrar a área disponível do parque, com grande espaço para arborização e entretenimento. A transferência já tinha sido negociada com Radio e TV Cultura, no final do governo Kassab, tendo sido identificado novo local para a antena na várzea do Rio Tiete na zona leste, em área também alagável.	Agradecemos pela sugestão. O Edital Final contém a indicação da possibilidade, pela Concessionária, de negociar a realocação da antena junto à Prefeitura e TV Cultura.
4	CORREDOR DE MATA	-	Sugestão	Acrescentar a previsão de um corredor de mata com árvores típicas da mata atlântica interligando todos os parques e áreas verdes no entorno da Represa Guarapiranga, a partir do Parque da Barragem, permitindo uma verdadeira trilha de deslocamento da fauna da região.	Agradecemos pela sugestão. Embora o enriquecimento de indivíduos arbóreos nas áreas dos parques com o objetivo de criar locais destinados à fauna já esteja previsto, não será possível crescer, como encargo, a arborização de áreas verdes fora do perímetro dos parques.
5	AMPLIAÇÃO DO PARQUE PRAIA SÃO PAULO	EDITAL	Sugestão	Acrescentar no edital do projeto de concessão do Parque Praia São Paulo sua ampliação abrangendo o "Clube ADC Eletropaulo", promovendo-se a desapropriação se necessário em função da titularidade atual da área, interligando fisicamente este parque com o Parque Praia do Sol, que poderá continuar com um edital específico.	Agradecemos pela sugestão. A citada não incluída pois o objeto da concessão compreende apenas parques urbanos municipais geridos pela SVMA.
6	ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS	-	Sugestão	Acrescentar no edital que que o concessionário deverá considerar na sua proposta o aproveitamento e manutenção de atividades socioeducativas como as que são ou eram desenvolvidas no "ADC Eletropaulo".	Agradecemos pela sugestão. A citada não incluída pois o objeto da concessão compreende apenas parques urbanos municipais geridos pela SVMA.
7	MANUTENÇÃO OU DESCOLAMENTO DA MARINA	-	Sugestão	Acrescentar que a Marina particular existente entre os dois Parques tenha previsão da sua manutenção, com ajustes necessários ao projeto, ou seu deslocamento para as proximidades, com base em entendimentos com a EMAE, no que for pertinente.	Agradecemos pela sugestão. Não será necessário realocar a Marina pois não está incluída a área do Clube ADC Eletropaulo na concessão.
8	PIER NÁUTICO	PAR	Subitem 2.2.6	<p>A observação de aves é uma atividade turística contemplativa, que necessita de silêncio e um ambiente natural com poucas interferências humanas, pois as aves não permanecem em ambientes alterados e/ou com perturbações antrópicas, como por exemplo a movimentação de pessoas e embarcações. A baía do Parque Barragem é o local onde se concentra a maior parte das aves deste parque (dados de pesquisa própria e contidos em São Paulo 2021), pois é uma área mais protegida, sendo inclusive área de reprodução de muitas espécies, portanto, a construção de um pier náutico e a movimentação de embarcações vai comprometer a permanência de boa parte das aves no local, prejudicando diretamente as próprias aves (que possuem um papel ecológico importante para a região) e a atividade de observação de aves planejada. Pelo fato de ser uma baía pequena, os impactos podem ser ainda mais graves. É incoerente e contraditório propor a construção de uma torre de observação de aves e um pier para uso de embarcações no mesmo local (principalmente sendo área pequena, restrita e frágil), pois são atividades conflitantes. Como se trata de um parque natural, com uma importante comunidade de aves aquáticas, recomendo que sejam implantadas estruturas (passarelas e possíveis torres de observação) apenas para a atividade de turismo de contemplação, sem o uso de pier náutico para embarcações. Um pier para visitação de pessoas (como já existe) é uma boa opção para a observação de fauna.</p> <p>Artigo mencionado: SÃO PAULO (município) 2021. Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. Prefeitura do município de São Paulo. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Divisão de Fauna Silvestre. São Paulo. Outubro 2021. Dados atualizados até 31 de agosto de 2021.</p>	Agradecemos pela sugestão. A compatibilização entre as soluções propostas foi avaliada, tendo em vista os objetivos centrais do projeto.
9		PAR	Página 23. Figura 20	Mesmo sendo uma região de várzea e solo instável, é recomendado que sejam feitas estruturas físicas mais resistentes do que os containers propostos, algo que possa ficar para além do prazo da respectiva concessão proposta. Mesmo em área de proteção ambiental, é possível fazer estruturas mais resistentes (inclusive contra os fortes ventos que costumam incidir na represa em algumas épocas do ano), como já foi feito por exemplo no Parque Ecológico do Guarapiranga, na própria represa Guarapiranga e/ou no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, um exemplo de construção adequada e sustentável para o município de São Paulo e Brasil.	Agradecemos pela sugestão. O uso de containers é uma solução referencial indicada. Nesse sentido, é permitido ao parceiro privado que apresente alternativas construtivas, desde que respeitadas as diretrizes de ocupação dos parques previstas em lei.
10	PARQUE PRAIA SOL	PAR	Subitem 2.3.1	Essa área já faz parte do Parque Municipal Praia São Paulo - Praia do Sol, segundo o Decreto de criação do mesmo, que atribui 3 áreas disjuntas a esta unidade de conservação, sendo essa área (que não está aberta ao público, tendo apenas a base da GCM), o atual Parque Praia do Sol (aberto ao público) e a área do antigo Centro Desportivo Municipal de latismo - CDM, atual rampa náutica pública e estacionamento náutico da GCM.	Agradecemos pela sugestão. O Edital do projeto justifica a escolha da nomenclatura diferente da oficial. Vide Memorial Descritivo da Área.
11	DEMOLIÇÃO DA ATUAL EDIFICAÇÃO	PAR	Subitem 2.3.3	Como a construção de edificações na beira da represa possui uma série de implicações legais e técnicas, essa atual edificação não deve ser demolida, mas reformada e readequada para um novo uso, com sistema adequado de fossa, água, luz, etc.	Agradecemos pela sugestão. O projeto do parque envolverá a instalação de novas estruturas padronizadas. A atual estrutura existente não apresenta estado de conservação adequado para ser mantida.
12	PIER NÁUTICO	PAR	Subitem 2.3.8	<p>A baía existente no local é área de descanso e reprodução de aves aquáticas (segundo o artigo Schunck et al. 2021) e a construção de um pier náutico para uso de embarcações não é recomendado, pois a atividade de contemplação de fauna (principalmente aves) e movimentação náutica são contraditórias e conflitantes. Uma passarela vai ajudar bastante nas atividades de observação de fauna, desde que implantada de forma correta. Já existe a presença de barcos/balsas da SABESP nessa baía, que fazem o manejo das plantas aquáticas recolhidas no reservatório. Após a chegada destes barcos houve uma diminuição das aves que utilizavam o local (incluindo espécies que desapareceram) sendo que parte destas aves mudou seu ponto de uso para a lateral esquerda da baía, próximo do antigo Clube da Eletropaulo (dados mencionados no artigo Schunck et al. 2021). A implantação de mais uma atividade náutica no local poderá comprometer definitivamente a ocorrência de aves aquáticas residentes e migratórias, sendo algo que precisa ser evitado. Devido a importância dessa região para a fauna e flora da represa, o ponto de manejo de plantas aquáticas da SABESP deveria ser mudado para uma área menos natural, como a própria barragem da represa.</p> <p>Artigo mencionado: SCHUNCK, F. J.; NUCITELLI, C. ; MIX, P. . A importância das praias fluviais urbanas para as aves da cidade de São Paulo, sudeste do Brasil. ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS (ONLINE), v. 217, p. 33-58, 2021.</p>	Agradecemos pela sugestão. Foi inserido regramento específico no Caderno de Encargos da Concessionária com o objetivo de mitigar impactos ambientais e demais riscos.

13	SETORIZAÇÃO DO PARQUE PRAIA SOL	PAR	Página 36, Figura 29.	<p>A setorização proposta para o parque precisa ser readequada, com base no artigo Schunck et al. 2021. Na proposta atual, nenhuma parte da área da praia foi incluída como Setor ambiental, e segundo o artigo citado, a área de praia fluvial desta unidade de conservação é uma das mais importantes do município de São Paulo, do estado de São Paulo e até mesmo do Sudeste do Brasil, para receber aves migratórias (maçaricos e baturinas) que migram todos os anos do norte da América do Norte (EUA/Alaska e Canadá) para o sul da América do Sul, passando algum tempo nessa área para descansar e se alimentar durante a longa viagem de migração. Essa praia também recebe aves migratórias ou vagantes (algumas ameaçadas de extinção) do estado de São Paulo, que utilizam a região para se alimentar e descansar, além das aves residentes, que permanecem na região durante todo o ano e se reproduzem nessa área. Com base nos dados técnicos obtidos ao longo de 22 anos e no Inventário da Fauna do município de São Paulo, produzido pela Divisão de Fauna da prefeitura de São Paulo (São Paulo 2021), é recomendado que parte da praia (e princípio as partes centro-laterais) sejam destinadas como Setor ambiental. No período de chegada das aves migratórias da América do Norte (principalmente entre setembro e outubro) é preciso isolar uma área maior, pensando nas aves e utilizando essa importante questão para inclusive educar os frequentadores do parque, conforme mencionado no artigo Schunck et al. 2021, sendo um dos parques com maior potencial para educação ambiental da represa Guarapiranga. É preciso rever a setorização deste parque com base em dados técnicos.</p> <p>Artigos mencionados: SCHUNCK, F.; NUCITELLI, C.; MIX, P.. A importância das praias fluviais urbanas para as aves da cidade de São Paulo, sudeste do Brasil. ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS (ONLINE), v. 217, p. 33-58, 2021. SÃO PAULO (município) 2021. Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. Prefeitura do município de São Paulo. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Divisão de Fauna Silvestre. São Paulo. Outubro 2021. Dados atualizados até 31 de agosto de 2021.</p>	Agradecemos pela sugestão, que foi parcialmente atendida por meio da indicação de parcela da praia como setor ambiental.
14	CONTAINER		Subitem 2.4.5	<p>Mesmo sendo uma região de várzea e solo instável, é recomendado que sejam feitas estruturas físicas mais resistentes do que os containers propostos, algo que possa ficar para além do prazo da respectiva concessão proposta. Mesmo em área de proteção ambiental, é possível fazer estruturas mais resistentes (inclusive contra os fortes ventos que costumam incidir na represa em algumas épocas do ano), como já foi feito por exemplo no Parque Ecológico do Guarapiranga, na própria represa Guarapiranga e/ou no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, um exemplo de construção adequada e sustentável para o município de São Paulo e Brasil.</p>	Agradecemos pela sugestão. O uso de containers é uma solução referencial indicada. Nesse sentido, é permitido ao parceiro privado que apresente alternativas construtivas, desde que respeitadas as diretrizes de ocupação dos parques previstas em lei.
15	ESTUDO DE CAPACIDADE DE CARGA		Subitem 2.4.6	<p>É necessário fazer um estudo de capacidade de carga para os visitantes do parque, principalmente em relação ao uso da represa para banhos, pois trata-se de uma área restrita que em feriados ou dias muito quentes recebe milhares de pessoas, gerando muitos problemas. O parque precisa ter um número limitado de visitantes dia, para não gerar problemas decorrentes da superlotação. Em relação ao uso da represa para banho, é importante consultar as instituições que fazem monitoramento da qualidade, que seguem as mesmas, vem piorando a cada ano devido ao aumento de ocupações ilegais nas margens, que despejam esgoto doméstico nos córregos da região. Outro grande problema deste parque (e de todos os demais da Orla da Guarapiranga) é a presença de cães soltos, tanto dos visitantes quanto animais abandonados, que predam a fauna local causando um prejuízo ambiental. É preciso implantar um programa de controle e educação em relação a essa questão junto aos visitantes.</p>	<p>Agradecemos pela sugestão. Os regulamentos dos parques deverão prever medidas mitigatórias do impacto ambiental descrito.</p> <p>Foi indicado no Edital Final o link para obtenção do estudo mais atual da CETESB sobre a qualidade das águas e áreas de banho.</p> <p>Foram inseridas, também, diretrizes sobre a visitação de animais domésticos nos parques.</p>
16	INSTALAÇÃO DO PIER NÁUTICO	PAR	Subitem 2.4.6	<p>Devido a importância ambiental da região (mencionado no artigo Schunck et al. 2021 e São Paulo 2021), não é recomendado a instalação de um pier náutico para uso de embarcações, pois o aumento do movimento de barcos vai afugentar as aves que são residentes (e com importância ecológica para a região) e prejudicar a parada de aves migratórias, que viajam milhares de quilômetros e tem neste parque um ponto conhecido de parada e descanso, para seguirem viagem. Existe um pier náutico neste parque, utilizado por algumas embarcações e a movimentação deste pier de local, devido ao nível hídrico da represa, já comprometeu a reprodução de algumas espécies de aves residentes. A presença de banhistas (em algumas ocasiões centenas de pessoas) também é um fator preocupante para a instalação de piers náuticos, devido ao risco de acidentes.</p> <p>Artigos mencionados: SCHUNCK, F.; NUCITELLI, C.; MIX, P.. A importância das praias fluviais urbanas para as aves da cidade de São Paulo, sudeste do Brasil. ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS (ONLINE), v. 217, p. 33-58, 2021. SÃO PAULO (município) 2021. Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. Prefeitura do município de São Paulo. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Divisão de Fauna Silvestre. São Paulo. Outubro 2021. Dados atualizados até 31 de agosto de 2021.</p>	Agradecemos pela sugestão.Foi inserido regramento específico no Caderno de Encargos da Concessionária com o objetivo de mitigar impactos ambientais e demais riscos.
17	CONTAINER	PAR	Subitem 2.5.6	<p>Mesmo sendo uma região de várzea e solo instável, é recomendado que sejam feitas estruturas físicas mais resistentes do que os containers propostos, algo que possa ficar para além do prazo da respectiva concessão proposta. Mesmo em área de proteção ambiental, é possível fazer estruturas mais resistentes (inclusive contra os fortes ventos que costumam incidir na represa em algumas épocas do ano), como já foi feito por exemplo no Parque Ecológico do Guarapiranga, na própria represa Guarapiranga e/ou no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, um exemplo de construção adequada e sustentável para o município de São Paulo e Brasil.</p>	Agradecemos pela sugestão. O uso de containers é uma solução referencial indicada. Nesse sentido, é permitido ao parceiro privado que apresente alternativas construtivas, desde que respeitadas as diretrizes de ocupação dos parques previstas em lei.
18	CONSTRUÇÃO DE PIER NÁUTICO	PAR	Subitem 2.5.6	<p>A pequena baía do Parque Castelo, segundo o artigo Schunck et al. 2020 e São Paulo 2021, é uma importante área de ocorrência de aves aquáticas residentes e migratórias, e qualquer alteração no ambiente vai prejudicar estas aves, que possuem um importante papel ecológico para a região. Por conta disso, não é recomendado a criação de um pier náutico para receber embarcações, pois isso vai alterar o ambiente e a comunidade de aves, e consequentemente o potencial ecológico do parque. Observação de fauna e atividade náutica motorizada em áreas restritas e frágeis são atividades conflitantes e o Parque Castelo, assim como a maior parte dos parques da Orla da Guarapiranga, possui um alto potencial para o turismo contemplativo de natureza e isso deve ser valorizado e implementado.</p> <p>Artigos mencionados: SCHUNCK, F.; D'ADDEZIO, F.; NUCITELLI, C.; MIX, P.. Aves da Península do Castelo: a importância da coleta de dados de longo prazo em escala geográfica local no município de São Paulo, SP. ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS (ONLINE), v. 214, p. 51-65, 2020. SÃO PAULO (município) 2021. Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. Prefeitura do município de São Paulo. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Divisão de Fauna Silvestre. São Paulo. Outubro 2021. Dados atualizados até 31 de agosto de 2021.</p>	Agradecemos pela sugestão.Foi inserido regramento específico no Caderno de Encargos da Concessionária com o objetivo de mitigar impactos ambientais e demais riscos.
19	ESGOTO E LIXO	PAR	Subitem 2.6.3	<p>Nessa região citada, da foz destes dois rios, já existe uma eco barreira mantida pela SABESP. O que é preciso fazer é resolver a origem do esgoto e lixo trazido por estes corpos d' água até a represa, incluindo a presença de residências (incluindo a criação de animais domésticos de médio e grande porte) em área de proteção permanente.</p>	A gestão e recuperação dos córregos que desaguiam na represa encontram-se fora do escopo do objeto da concessão. Contudo, foram inseridos novos encargos direcionados à futura Concessionária no sentido de mitigar a ocorrência de danos ambientais nos parques.
20	PARQUE NOVE DE JULHO	PAR	Pág. 58, Figura 49	<p>Os setores Recreativo e de Lazer e de Interesse Ecoturístico precisam ser readequados e com propostas bem fundamentadas de uso responsável das mesmas, pois o Parque Nove de Julho é um dos mais importantes da represa Guarapiranga para proteção das aves de ambientes alagados, incluindo espécies ameaçadas de extinção. Devido ao seu tamanho e variedade de ambientes, existe uma comunidade de aves variada, que desperta muito interesse dos observadores e fotógrafos de aves. O Parque Nove de Julho é hoje um dos parques mais visitados do município de São Paulo por observadores e fotógrafos de aves, incluindo visitantes da cidade, de outras cidades, de outros estados do Brasil e até do exterior, que passam pela cidade de São Paulo durante as suas viagens pelo país. Esse alto potencial se deve justamente pela presença de ambientes variados e ausência de atividades conflitantes, como navegação de embarcações de médio e grande porte em áreas frágeis. Esse potencial e uso precisa ser mantido, readequado e explorado de maneira organizada e sustentável. Neste parque existe a presença ilegal de animais de grande porte (cavalos e gado) que acabam pisoteando a vegetação da margem da represa onde as aves se reproduzem, gerando um impacto ambiental negativo para a região, além de colocar os visitantes em risco. É preciso proibir a presença de animais de grande porte nestas unidades de conservação. Problemas citados no artigo Schunck et al. 2020.</p> <p>Artigo mencionado: SCHUNCK, F.; D'ADDEZIO, F.; NUCITELLI, C.; MIX, P.. Aves da Península do Castelo: a importância da coleta de dados de longo prazo em escala geográfica local no município de São Paulo, SP. ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS (ONLINE), v. 214, p. 51-65, 2020.</p>	Agradecemos pela sugestão. Já consta no edital a proibição do ingresso de animais domésticos soltos no local.
21	CONTAINER	PAR	Subitem 2.6.5	<p>Mesmo sendo uma região de várzea e solo instável, é recomendado que sejam feitas estruturas físicas mais resistentes do que os containers propostos, algo que possa ficar para além do prazo da respectiva concessão proposta. Mesmo em área de proteção ambiental, é possível fazer estruturas mais resistentes (inclusive contra os fortes ventos que costumam incidir na represa em algumas épocas do ano), como já foi feito por exemplo no Parque Ecológico do Guarapiranga, na própria represa Guarapiranga e/ou no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, um exemplo de construção adequada e sustentável para o município de São Paulo e Brasil.</p>	Agradecemos pela sugestão. O uso de containers é uma solução referencial indicada. Nesse sentido, é permitido ao parceiro privado que apresente alternativas construtivas, desde que respeitadas as diretrizes de ocupação dos parques previstas em lei.

22	PIER NÁUTICO	PAR	Subitem 2.6.6	As passarelas precisam ser bem planejadas, pois dependendo do local pode afetar a presença de algumas aves aquáticas. A presença de um pier náutico, assim como nos demais parques mencionados, vai prejudicar a presença das aves aquáticas e comprometer a atual atividade de observação e fotografia de aves, sendo uma das áreas com o maior potencial para este tipo de atividade contemplativa da Orla da represa Guarapiranga. É recomendado não colocar um pier náutico neste parque. Atualmente existe um pier plástico que é utilizado para a atividade de observação de fauna, uma iniciativa positiva.	Agradecemos pela sugestão.Foi inserido regramento específico no Caderno de Encargos da Concessionária com o objetivo de mitigar impactos ambientais e demais riscos.
23	PASSARELA ECOTURÍSTICA	PAR	Página 60. Figuras 51 e 52	Toda infraestrutura precisa de uma avaliação prévia quanto aos seus possíveis impactos para a comunidade de aves e vegetação local. Esse tipo de passarela da imagem não é adequada para o Parque Nove de Julho, pois está muito próxima da margem da represa, principal área de ocorrência de espécies de aves e da vegetação aquática. A implantação de estruturas físicas precisa ser muito bem avaliada pois pode comprometer todo o potencial existente.	Agradecemos pela sugestão. As estruturas constantes nas imagens referidas são de caráter referencial. Os desenhos indicados no Plano Arqueológico Referencial não substituem a análise do órgão licenciante competente.
24	DECK DE LAZER	PAR	Página 63. Figura 58.	Na figura não é mencionado a presença de iluminação artificial neste tipo de estrutura, mas devido a importância do Parque Nove de Julho para as aves do município de São Paulo, não é recomendado incluir iluminação artificial na orla da represa, pois isso espanta parte das aves.	Agradecemos pela sugestão.Foi inserido regramento específico no Caderno de Encargos da Concessionária com o objetivo de mitigar impactos ambientais e demais riscos.
25	POLUIÇÃO DO CÓRREGO SÃO JOSÉ	PAR	Subitem 2.7.3 Subsetor 5.1	O córrego São José é um dos mais poluídos da represa Guarapiranga e apenas uma eco barreira não vai resolver este problema. É preciso implantar um sistema de redução ou eliminação das fontes poluidoras ao longo do córrego, desde a sua nascente, para melhorar a qualidade da água da represa e as condições ambientais da região, incluindo os impactos negativos da poluição para fauna, flora e público do parque.	Agradecemos pela sugestão. A limpeza dos córregos afluentes da represa Guarapiranga é um tema de crucial importância e de responsabilidade de diversos atores. Dado o limitado escopo do projeto, buscou-se incluir medidas mitigatórias coerentes com a atuação esperada do parceiro privado.
26	INSERÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES	PAR	Subitem 3.1	Mesmo sendo uma região de várzea e solo instável, é recomendado que sejam feitas estruturas físicas mais resistentes do que os containers propostos, algo que possa ficar para além do prazo da respectiva concessão proposta. Mesmo em área de proteção ambiental, é possível fazer estruturas mais resistentes (inclusive contra os fortes ventos que costumam incidir na represa em algumas épocas do ano), como já foi feito por exemplo no Parque Ecológico do Guarapiranga, na própria represa Guarapiranga e/ou no Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, um exemplo de construção adequada e sustentável para o município de São Paulo e Brasil.	Agradecemos pela sugestão. O uso de containers é uma solução referencial indicada. Nesse sentido, é permitido ao parceiro privado que apresente alternativas construtivas, desde que respeitadas as diretrizes de ocupação dos parques previstas em lei.
27	TORRE DE OBSERVAÇÃO	PAR	Página 74. Figura 67.	Torres de observação não são recomendadas para todas as áreas onde se pretende realizar observação/fotografia de aves. Colocada em uma área inadequada, passa a ser um problema para o parque, a fauna local e frequentadores. Existem muitos tipos distintos de estruturas que podem ser utilizadas, desde torres (quando adequadas), decks, passarelas ou mesmo uma simples trilha, depende do potencial do parque, algo que precisa ser previamente avaliado.	Agradecemos pela sugestão. A redação apontada foi alterada para "estrutura para o avistamento de aves", que deverá ser específica para cada caso.
28	PARQUE LINEAR SÃO JOSÉ	PAR	Página 72. Figura 73.	Conforme mencionado no artigo Azevedo et al. 2021, é preciso pensar em estruturas de acesso (portaria, trilhas, passarelas, etc) na região do parque localizada na margem da represa, pois atualmente é uma área isolada e sem controle de visitantes, tendo a presença constante de pessoas que causam danos ambientais, como a captura aves silvestres, fogo, pesca com tarrafas, lixo, etc. O acesso sem controle é feito pela Avenida da Praia, cujos alamedares estão destruídos. Artigo mencionado: AZEVEDO, M. ; MIX, P. ; SCHUNCK, F. . A importância dos remanescentes naturais de áreas públicas e particulares para a conservação das aves do município de São Paulo, sudeste do Brasil. BIODIVERSIDADE (UFMT. IMPRESSO), v. 20, p. 2-48, 2021.	Agradecemos pela sugestão. A reforma de guaritas é um dos encargos previstos no Contrato. Da mesma forma, é encargo obrigatório da futura concessionária a proibição de danos ambientais, de caça e pesca predatória.
29	PASSEIO NÁUTICO	PAR	Subitem 3.4.1	As justificativas apresentadas para a implementação do passeio náutico entre parques são contraditórias e controversas diante do mesmo potencial ecoturístico apresentado, utilizando a abundância de espécies de animais e vegetais como exemplo. Devido a inexistência ou uso mínimo da atividade náutica nos parques da Orla da Represa Guarapiranga, consolidou-se nas últimas décadas uma comunidade de aves diversa e abundante, com espécies residentes, migratórias e raras, atraindo muitos observadores/fotógrafos de aves, sendo uma comunidade de aves que também oferece diversos serviços ambientais para a região, como o controle de insetos por exemplo, já que muitas destas espécies são insetívoras. Esse controle acaba beneficiando os moradores e frequentadores da região, além do ecossistema de maneira geral. Colocar um sistema de piers náuticos (e suas respectivas estruturas de apoio) para receber embarcações nos respectivos parques da Orla (tanto uma embarcação oficial como embarcações de terceiros), implica em modificar parte do ambiente natural, aumentar a movimentação de embarcações motorizadas em áreas restritas e frágeis e pessoas em áreas que hoje são ocupadas pelos animais e plantas, próxima das margens, gerando ruído e diversos problemas ambientais. Isso vai fazer com que principalmente as aves e outros animais mudem de local, comprometendo o potencial de contemplação existente. Essa atividade de circulação náutica entre pontos da represa pode ser implantada utilizando-se a rampa náutica pública já existente, e principalmente os clubes da região, que já possuem rampas e piers, além de restaurantes e outras instalações que podem ser utilizadas pelos visitantes. Todas as áreas da Guarapiranga com presença e movimentação de embarcações apresenta menos riqueza e abundância de aves aquáticas (dados de pesquisas pessoais), sendo um padrão observado em diferentes regiões do mundo, portanto, é preciso evitar que este tipo de atividade prejudique a colonização das espécies de aves que levou décadas para acontecer e é um processo contínuo. Os atuais parques da Orla da Guarapiranga (assim como os demais) são refúgios de fauna e flora e representam uma pequena parcela dos ambientes naturais que já existiram na região. Portanto, precisamos proteger a todo custo essas últimas áreas naturais que ainda guardam parte da nossa elevada biodiversidade regional, a mesma que pode ser a fonte do turismo contemplativo que vem aumentando no país, dos importantes serviços ambientais prestados pela fauna e flora e da valiosa parte histórica e cultural da região da Guarapiranga. Toda possível possibilidade de impacto a esse conjunto de valores deve ser evitada.	Agradecemos pela sugestão. A modelagem atual do projeto contempla encargos mitigatórios de impactos ambientais e as contribuições realizadas são importantes para a revisão dos planos atuais.
30	VALOR COBRADO PELO PASSEIO NÁUTICO	PAR	Subitem 3.4.6	Devido ao valor que será cobrado pelo passeio náutico e mencionado no subitem 3.4.7 (mesmo que baixo), nem todas as pessoas vão conseguir optar por essa atividade, portanto, isso não vai aumentar a visitação dos parques, que por estarem localizados ao lado de avenidas movimentadas e com transporte público variado, já serão bem visitados caso tenham atrativos relevantes para a população. O passeio náutico utilizando os parques da Orla não vai reduzir a degradação ambiental existente, pelo contrário, vai incluir estruturas físicas onde não existe, aumentar a movimentação e o ruído local e afugentar a fauna existente, além de comprometer a vegetação aquática destas regiões, criando uma degradação ambiental que atualmente é inexistente ou mínima nestas áreas de preservação. Se o passeio náutico vai levar menos visitantes que o acesso terrestre, não tem como essa atividade elevar a educação ambiental oferecida. Por fim, existem várias outras maneiras de fomentar o turismo náutico na Guarapiranga, incluindo passeios náuticos que não utilizem áreas de preservação ambiental (principalmente unidades de conservação) para embarque e desembarque de visitantes. Sugestão, implantar um sistema terrestre de circulação entre parques.	Agradecemos pela sugestão. A modelagem atual do projeto contempla encargos mitigatórios de impactos ambientais e as contribuições realizadas são importantes para a revisão dos planos atuais.
31	FREQUÊNCIA DE FUNCIONAMENTO	PAR	Subitem 3.4.7	Mesmo com frequência reduzida, essa atividade tem alto potencial de impactar as comunidades de aves aquáticas dos parques da Orla, comunidades que demoram décadas para se estabelecer e se reproduzir.	Agradecemos pela sugestão. A modelagem atual do projeto contempla encargos mitigatórios de impactos ambientais e as contribuições realizadas são importantes para a revisão dos planos atuais.
32	PASSEIO NÁUTICO	PAR	Subitem 3.4.8	O passeio náutico entre as unidades de conservação da Orla da represa Guarapiranga é uma atividade que vai comprometer a qualidade ambiental dos mesmos, sendo uma atividade não recomendada. Essa alternativa deve ser planejada para rampas públicas e clubes particulares de outros pontos da represa, mantendo parte dos benefícios mencionados.	Agradecemos pela sugestão. A modelagem atual do projeto contempla encargos mitigatórios de impactos ambientais e as contribuições realizadas são importantes para a revisão dos planos atuais.
33	-	-	-	Pedido de confirmação sobre fontes utilizadas nas imagens dos documentos.	Pedido respondido via e-mail ao solicitante. Foi verificado que o que consta sem referência é a parte da fauna dos parques, estando a flora referenciada. Os trechos foram reconhecidos pelo Guia dos Parques Municipais de São Paulo - 3ª Edição.
34	PARQUE PRAIA SOL	-	-	Impugnação.	Tendo em vista que o projeto se encontra ainda em fase de consulta pública e, portanto, que não há previsão normativa que autorize sua impugnação, a documentação encaminhada foi analisada como sugestão/pedido de esclarecimento.  Contudo, a documentação encaminhada não apresentou comprovação da propriedade da impugnante sobre a área que integra o perímetro da concessão.
35	OCUPANTES	-	SUGESTÃO	A respeito dos cessionários que hoje porventura utilizem as áreas, prestem serviços ou vendam produtos, solicitamos avaliação de encerrar os eventuais TPUs ou instrumento jurídico que o valha antes da licitação e entregar as áreas e serviços livres e desimpedidos. Isso, além de se alinhar às práticas modernas dos contratos de concessão gera menor riscos de judicialização e permite que a Concessionária negocie os termos e fornecedores de acordo com premissas de mercado e em benefícios do serviço e da experiência do usuário	Agradecemos a sugestão. Atualmente, não existem permissionários na área da concessão. Dessa forma, a modelagem do projeto buscará acomodar tão somente a atividade econômica de uma

36	OCUPANTES	-	SUGESTÃO	Retirar qualquer tipo de concessão de exclusividade, direito de preferência ou o que o valha para atuais cessionários que porventura tiverem de permanecer como prestador de serviços das áreas, manter apenas o compromisso ou obrigação do Concessionário de considerar eventuais cessionários já presentes na área para a concorrência, mas sem ter nenhuma vantagem sobre outros possíveis prestadores de serviços.	empreendedor com histórica vinculação à represa e à comunidade próximos.
37	QUALIDADE DAS ÁGUAS	-	ESCLARECIMENTO	De quem é a responsabilidade pela qualidade das águas da represa, quais as classificações de qualidade das águas em cada área onde são permitidas práticas aquáticas?	A responsabilidade pela qualidade da água da Represa é da SABESP, ressalvados os casos de dano ambiental causado à Represa pela Concessionária na gestão dos Parques.  Nesse sentido, são vedadas práticas pela concessionária ou realizadas na área da concessão por terceiros que possam pôr em risco a qualidade das águas da represa.
38	OCUPANTES	-	ESCLARECIMENTO	Esclarecer se há alguma área invadida, ocupada irregularmente etc., na área de concessão.	O projeto possui apenas uma área no Parque Praia do Sol que se encontra ocupada por uma empreendedora local, que deverá ser realocada em estrutura a ser disponibilizada nos termos previstos em Contrato.  Com o fim de garantir maior segurança à alocação de riscos do Contrato, o risco de verificação de permissionários não indicados originalmente foi alocado ao Poder Concedente.
39	PLANO DIRETOR	-	ESCLARECIMENTO	Os planos diretores dos parques já foram aprovados? Se não, há previsão de o serem antes da liberação das minutas finais para licitação?	O Plano Diretor dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga já foi elaborado e está em processo de adaptação à acessibilidade. O documento será publicado em breve, já tendo sido realizadas oficinas com a comunidade.
40	PLANO DIRETOR	-	SUGESTÃO	Importante que os Planos Diretores deixem claro o que é de responsabilidade de cada órgão, da municipalidade, do Estado etc., de modo a não acarretar encargos não colocados no Contrato de Concessão.	Agradecemos pela sugestão, que será avaliada pela Municipalidade.
41	PERFIL DO PÚBLICO	-	SUGESTÃO	Fornecer todas as pesquisas de perfil do usuário da região e dos parques (renda per capita, origem (bairro, cidade), idade, gênero etc.)	Agradecemos pela sugestão. O Plano Diretor dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga trará uma pesquisa sobre alguns dados dos usuários entrevistados e opiniões sobre os parques. O concessionários dos parques poderá realizar a pesquisa específica sobre o perfil dos frequentadores, se assim lhe convier.
42	CICLOVIAS	-	SUGESTÃO	Permitir integração das áreas internas para prática de ciclismo com as cicloviárias lineares aos parques, de modo a aumentar o alcance do passeio e integrar os parques da orla.	Agradecemos pela sugestão. Embora não estejam contidas na área da concessão, o concessionário dos parques poderá apresentar um plano para a gestão das ciclofaixas lineares aos parques na etapa de gestão contratual.
43	ÁREAS PARA EVENTOS	-	ESCLARECIMENTO	Apontar claramente no mapa da área de concessão quais os espaços dedicados a eventos a céu aberto, em equipamentos fechados, quais as capacidades e metragens quadradas.	No Apêndice I do Caderno de Encargos da Concessionária, chamado Programa de Necessidades, integrante do edital, já constam as áreas sugeridas para a realização de eventos. Foram aprimoradas tais descrições com a inserção das metragens quadradas e demais informações pertinentes para o Edital Final.
44	REGULAÇÃO	-	ESCLARECIMENTO	Qual a autonomia da Concessionária na gestão dos centros e núcleos operacionais? Há algum órgão municipal que acompanhe as atividades ou que tenha de ser consultado	A elaboração do Programa Político Pedagógico do Parque Escola deverá seguir as diretrizes previstas no Apêndice II do Anexo III do Contrato - Caderno de Encargos da Concessionária.  O acompanhamento de sua implementação será feito por uma Comissão de Acompanhamento, formada por, no mínimo, 3 (três) técnicos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com ao menos 1 (um) deles sendo pertencente à Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), divisão também ligada à SVMA.
45	LICENCIAMENTO	-	ESCLARECIMENTO	Esclarecer se é aplicável a obtenção de alvará de funcionamento para os parques e para as atividades propostas para a área, e, caso contrário, indicar qual o rito jurídico-legal para que a Concessionária possa exercer suas atividades.	Foram inseridas nos documentos editalícios diretrizes para auxiliar o parceiro privado no processo de licenciamento. Não é necessário alvará de funcionamento para operação dos parques. Contudo, por se tratar de Áreas de Restrição de Ocupação, a Concessionária deverá observar as diretrizes de licenciamento ambiental da SVMA.  Complementarmente, foi inserida Matriz de Licenciamento para auxiliar o parceiro privado a direcionar eventuais consultas aos órgãos fiscalizadores responsáveis.
46	LICENCIAMENTO	-	ESCLARECIMENTO	Há AVCB para as edificações existentes?	Não há AVCB para as edificações existentes. O AVCB é obrigatório para edifícios acima de 750m², o que não é o caso de nenhuma estrutura dos parques. Há outro instrumento que é o CLCB para até 750m², que os parques também não possuem.
47	LICENCIAMENTO	-	ESCLARECIMENTO	Há Alvará para as edificações existentes, quando pertinente?	Não há alvará para as edificações e estruturas existentes.
48	MANEJO	-	SUGESTÃO	Tendo em vista o processo de plantio de mudas e árvores proposto no plano referencial, seria interessante já haver uma aprovação prévia da SVMA/Herbário Municipal, a fim de afastar questionamentos ambientais.	Agradecemos pela sugestão. A proposta de Enriquecimento Arbóreo é referencial. O concessionário deverá elaborar um plano de plantio específico e submeter à aprovação da SVMA.
49	LICENCIAMENTO	-	SUGESTÃO	Importa destacar expressamente qual o rito de aprovação das intervenções, quais os órgãos que arbitram em relação a autorizações, emissões de licenças ou eventual dispensa destas, inserindo prazos máximos para manifestação dos órgãos e Poder Concedente, a fim de evitar situações de falta de aprovação que coloquem em risco as atividades e plano de intervenção da Concessionária.	Agradecemos pela sugestão. No edital final, foi inserida a descrição do rito de aprovação das estruturas e usos previstos.
50	EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS	-	ESCLARECIMENTO	É possível cobrar estacionamento e serviços náuticos para as embarcações de terceiros que atraiam na beira dos parques?	Sim, devendo ser seguidas as diretrizes de ocupação e de usos previstas na minuta contratual e em seus anexos e a regulamentação prevista no Decreto Municipal nº 53.538/2012 e, no que for cabível, a NORMAM-03/DP.
51	EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS	-	ESCLARECIMENTO	A proposta de ter um funicular ou serviço de transporte interno motorizado e/ou guiado pode ser cobrada dos visitantes?	É possível realizar a cobrança de ingresso pela utilização do funicular apenas. A oferta de serviço de transporte motorizado nos parques será condicionada à existência de largura suficiente dos viários para acomodar este uso.

52	EMPREENHIMENTOS ASSOCIADOS	-	ESCLARECIMENTO	Quais as condições para instalação de totens de mídia fixa e digital nas áreas dos parques? Tal atividade, com a veiculação de serviços do parque, informações e publicidade de mantenedores, eventos e mídia out of home é permitida?	<p>Conforme Parecer POM/CGC n.º 061993364, e permitida, em tese, a veiculação de anúncios publicitários sobre placas e unidades identificadoras de vias e logradouros públicos, nos termos do art. 9º, II, c/c art. 22, § 6º, da Lei Municipal n.º 14.223/2006. No caso concreto, a compatibilidade específica dos anúncios deverá ser submetida à análise da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU.</p> <p>Demais informações referentes à regulamentação do tema encontram-se previstas na Lei Municipal 14.223/06 e na Resolução SMDU.CPPU/020/2015.</p> <p>Para maiores esclarecimentos, importante verificar a cartilha disponível no endereço: <a href="https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=267143">https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=267143</a></p>
53	POTENCIAL CONSTRUTIVO	-	ESCLARECIMENTO	Indicar o potencial construtivo, as limitações de área impermeável por parque e o total de áreas ajardinadas, por favor.	As informações solicitadas são públicas e estão disponíveis para consulta no endereço: <a href="https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=267143">https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/index.php?p=267143</a>
54	ALOCAÇÃO DE RISCOS	-	ESCLARECIMENTO	Indicar o cronograma para desapropriação e anexação de áreas, sendo certo que deverá constar um prazo máximo para que o Poder Concedente as promova, de modo a não poluir a matriz de riscos do parceiro privado	<p>Não é prevista a desapropriação de nenhum imóvel ou área integrante da concessão.</p> <p>Dessa forma, o risco, caso se materialize, de ser necessária a promoção de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa encontra-se alocado ao Poder Concedente, conforme subcláusula 31.5, alínea "I" da minuta contratual.</p>
55	SMD	-	SUGESTÃO	O peso da avaliação do verificador independente parece ser muito alta, desproporcional, sugerimos manter uma divisão mais igualitária entre esta avaliação e a pesquisa de satisfação.	Dada a sensibilidade do equilíbrio ambiental na região da concessão e a necessidade de observação de diretrizes mais rígidas sobre sua conservação, a avaliação do verificador independente com um peso importante se faz necessária.
56	SMD	-	SUGESTÃO	Substituir o termo "parque conectado", como item da pesquisa de satisfação, para "comunicação e sinalização"	Agradecemos a sugestão, mas como o referido item se refere também à funcionalidade da cobertura da rede Wi-Fi, entendemos que a alteração sugerida poderia suscitar dúvidas.
57	ALOCAÇÃO DE RISCOS	-	ESCLARECIMENTO	O surgimento de novos parques no entorno por parte do Poder Concedente, ou que dependa de autorização deste configura reequilíbrio econômico e financeiro?	<p>Conforme a subcláusula 30.5, alíneas "i", "j" e "k" do Contrato, o risco de não efetivação da demanda e de viabilização e exploração das fontes de receitas dos Parques é da Concessionária. Nesse sentido, a alínea "i" explicita que mesmo a implantação de novos Parques na região configura risco da Concessionária.</p> <p>Contudo, a minuta contratual inclui nova previsão, em sua subcláusula 17.1.3, sobre a possibilidade do Poder Concedente, verificada a existência de sinergia operacional e os demais requisitos constantes na Lei Municipal n.º 17.731/2022, propor o aditamento do Contrato para incorporação da gestão de novos parques pela Concessionária, resguardado o seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>
58	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	-	ESCLARECIMENTO	Muitas intervenções parecem estar em áreas de app, à beira da lagoa etc., qual o rito de aprovação e quais as medidas compensatórias a que estará sujeita a concessionária?	Maior detalhamento sobre o rito de aprovação da documentação foi apresentado no Apêndice III do Caderno de Encargos da Concessionária - Matriz de Licenciamentos.
59	PRAZO	-	SUGESTÃO	Considerar 60 dias como prazo entre o lançamento do edital e data de licitação efetiva	Agradecemos pela sugestão, que será avaliada pela Municipalidade.